

- Representando o **CONSÓRCIO PACT SP**, composto pelas empresas PENTÁGONO SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL E CONSULTORIA LTDA, ASTEC ENGENHARIA LTDA, CDGE - CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA e TRACTEBEL ENGINEERING LTDA.

João Carlos Andreotti Schreiner - CPF nº *.187.238-**** - Representando o **CONSÓRCIO ESG**, composto pelas empresas EPT - ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S.A., SUM IP SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA LTDA e GEOJA MAPAS DIGITAIS E AEROLEVANTAMENTO LTDA.

DA SESSÃO PÚBLICA. A sessão pública da Licitação iniciou-se às 10h00 e foi conduzida pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação e demais membros presentes.

Em seguida, foi aberto o Envelope nº 3 (Habilitação) da Licitante Consórcio ESG, cujas folhas foram rubricadas pelos membros presentes da Comissão Especial de Licitação e pelo Sr. Aelson Firmino de Assis, representante do CONSÓRCIO PACT SP, presente à sessão pública.

Pelo exposto, a Comissão Especial de Licitação decidiu suspender a sessão para análise dos documentos de Habilitação, cujo resultado será divulgado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e no site: https://prefeitura.sp.gov.br/web/sp-urbanismo/w/acesso_a_informacao/328777, quando também serão divulgadas as próximas etapas da referida Licitação.

Ressaltamos que a presente Sessão Pública foi gravada em áudio e vídeo, e será disponibilizada posteriormente por meio do Processo SEI nº 7810.2025/0000978-5.

Sendo assim, todos os licitantes presentes anuem com o uso de sua imagem/voz na gravação da Sessão em questão.

Encerrada a Sessão, nada mais havendo a ser tratado, foi a presente Ata lavrada, e que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2026.

PRESIDENTE DA COMISSÃO:

FRANCINALDO DA SILVA RODRIGUES

MEMBROS DA COMISSÃO:

NIVALDETE SANCHES CASADO DE JESUS

RAFAEL BARRETO CASTELO DA CRUZ

SERGIO ANTONIO TARARKIS

DAYANA DE SIQUEIRA DALBELO

REPRESENTANTES DAS LICITANTES:

CONSÓRCIO PACT SP, composto pelas empresas PENTÁGONO SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL E CONSULTORIA LTDA, ASTEC ENGENHARIA LTDA, CDGE - CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA e TRACTEBEL ENGINEERING LTDA.

Representado pelo Sr. Aelson Firmino de Assis - CPF nº *.039.698-****

CONSÓRCIO ESG, composto pelas empresas EPT - ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S.A., SUM IP SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA LTDA e GEOJA MAPAS DIGITAIS E AEROLEVANTAMENTO LTDA.

Representado pelo Sr. João Carlos Andreotti Schreiner - CPF nº *.187.238-****

OBS: A Ata devidamente assinada pelas partes, segue anexada em doc 150656677.

GERÊNCIA DE MONITORAMENTO DE OPERAÇÕES E INTERVENÇÕES

Ata | Documento: 150661488

São Paulo, 05 de fevereiro de 2026.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR AIU SETOR CENTRAL

Realizada em 12/11/25

PAUTA: 1. Verificação de presença; 2. Comunicações Gerais; 3. Controle de Estoque; 4. Calçada Centro Histórico; 5. HIS 7 de Abril; 6. Rota dos Museus 7. Controle de Estoque: conta segregada da AIUSCE 8. Aprovação FUNDURB dos Recursos para PLOA de 2026 9. Visita técnica no Santa Rita 10. Proposta Calendário 2026 - AIUSCE

No dia 12 de novembro de 2025 às 14h39, reuniram-se no Auditório da SP Urbanismo para a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Intervenção Urbana do Setor Central (CGAIUSCE), os convidados, técnicos da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) e os Representantes do CGAIUSCE, conforme verificação de presença registrada ao final desta ata.

Autorizada pelo Coordenador **Vladir Bartalini** (SMUL), a Sra. **Ana Carolina Jacob** (SP Urbanismo), na qualidade de Secretária Executiva do CGAIUSCE, deu início aos trabalhos às 14h39, procedendo à Verificação de Presença dos Representantes e agradecendo à Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) pela disponibilização das intérpretes de Libras atuantes: **Sras. Lucilene Pereira e Débora Andrade**.

Dando prosseguimento, a Secretária Executiva apresentou as **Comunicações Gerais**, informando sobre a publicação da Ata da 5ª Reunião Ordinária, aprovada conforme procedimento previsto no Artigo 24 do Regimento Interno, enviada por e-mail no dia 22 de agosto e publicada no Diário Oficial em 02 de setembro de 2025.

Em seguida, iniciando a **Ordem do Dia**, a Sra. Ana Carolina Jacob passou a palavra à Sra. **Priscila Souza Bezerra Gyenge** (SP Urbanismo) para apresentação do item referente ao **Controle de Estoque**.

Posteriormente, dando continuidade à pauta, o Coordenador **Vladir Bartalini** (SMUL) apresentou o item **Controle de Estoque: conta segregada da AIUSCE**, complementando as informações com a compilação preliminar das propostas de participação da AIUSCE até o mês de outubro, contendo análise de 17 propostas de uso de serviços institucional, 2 propostas de uso comercial e industrial e no uso residencial exceto HIS e HMP são 13 propostas.

Guido D’Elia Otero (FAU USP) agradeceu as informações apresentadas por Vladir Bartalini e

reforçou a necessidade de elaborar uma Portaria para avançar no controle dos números apresentados, possibilitando um acompanhamento efetivo por parte do Conselho e facilitando a tomada de decisões. Ressaltou, ainda, que a implementação das intervenções depende da elaboração dessa Portaria.

Eduardo Della Manna (CMPU Comércio) na sequência, questionou qual seria o montante disponível na Operação Urbana Centro. **André Ramos** (SP Urbanismo) informou que há, aproximadamente, 12 milhões já comprometidos. **Eduardo Della Manna** complementou destacando que a aplicação dos recursos permanece vinculado ao território, havendo apenas a desvinculação da receita. Em razão disso, sugeriu que o Grupo Gestor inicie a execução dos recursos já disponíveis em conta.

Vladir Bartalini (SMUL) acrescentou que, em comparação ao desempenho dos recursos desde o início das operações urbanas, o desenvolvimento da Área de Intervenção Urbana Setor Central não é negativo. Apesar da menor geração de receita, considerando que a maior parte dos empreendimentos é de HIS (Habitação de Interesse Social), ressaltou que um dos objetivos centrais da AIUSCE é o adensamento residencial. Assim, levando em consideração os argumentos apresentados, concluiu que o desempenho geral é positivo.

Prosseguindo para o próximo item da Ordem do Dia, Ana Carolina Jacob passou a palavra para **Julia Coelho Dourado** (SPObras) para apresentar o andamento das obras do **Calçada no Centro Histórico**, correspondente ao quarto item da Ordem.

Lia Mayumi (SMC) agradeceu a apresentação realizada pela da Sra. Julia Coelho Dourado, questionou se haveria algum relato sobre os achados dos trilhos dos antigos dos bondes localizados na Rua XV de Novembro, manifestando interesse em saber quais providências foram adotadas em relação a esse elemento histórico.

Beatriz Messeder Sanches Jalbut (CMPU Comércio) informou que foi encaminhado por e-mail um cronograma referente ao Calçada no Centro Histórico, no qual constariam todas as fases da obra. Contudo, observou que, no referido e-mail, a previsão de término estava indicada para janeiro de 2026, o que divergia do que foi apresentado na reunião. Assim, questionou se o cronograma seria revisado e quais seriam as novas previsões para as próximas etapas.

Julia Coelho Dourado (SPObras) respondeu inicialmente à questão relativa aos trilhos. Informou que o primeiro trilho encontrado na obra está localizado em frente ao Pátio do Colégio e que será preservado e mantido aparente, contando com uma solução urbanística adequada. Ressaltou que, anteriormente, tratava-se de uma única calçada, mas a equipe decidiu projetar o trecho onde o trilho foi descoberto. Comprometeu-se, ainda, a encaminhar mais informações sobre o projeto. Em seguida, **Lia Mayumi** (SMC) destacou que há trilhos ao longo de toda a extensão da obra. **Júlia Dourado** esclareceu que verificará com a equipe responsável o cronograma e a situação dos demais trilhos, respondendo aos questionamentos por e-mail.

Julia Coelho Dourado (SPObras) também informou que a obra do Calçada no Centro Histórico não será concluída em janeiro, comprometendo-se a atualizar o cronograma com a nova previsão e encaminhá-lo aos Representantes

por e-mail.

Dando sequência à **Ordem do Dia**, Ana Carolina Jacob passou a palavra para **Daniel Quesada** (SP Urbanismo) para apresentação do item **HIS 7 de Abril**. Em sua explanação, informou que a intervenção referente à HIS 7 de Abril, integra a Parceria Público Privada (PPP), no Contrato nº 01/2021, especificamente no Lote 4.

Guido D’Elia Otero (FAU USP) solicitou o resgate histórico da decisão. Argumentou que os recursos destinados ao imóvel têm origem em outra Operação Urbana e que, anteriormente, a previsão era de utilização dos valores para a requalificação da Rua 7 de Abril. Questionou onde estariam esses recursos, como funcionaria sua aplicação e reforçou que, em sua interpretação, seria necessária a vinculação das 94 unidades habitacionais ao programa de locação social. Citou, como referência, as Resoluções nº 03/2016 e nº 03/2020, que indicariam tal direcionamento, solicitando esclarecimentos adicionais sobre o tema.

Daniel Quesada Daniel Quesada (SPUrbanismo) esclareceu que, com a extinção da Operação Urbana Centro e a obrigação legal de garantir a efetividade das deliberações da antiga Comissão Executiva, a interpretação da Prefeitura é de que a competência deliberativa daquela Comissão se limitava à destinação dos recursos para intervenções físicas, como a decisão de reformar o edifício da Rua Sete de Abril para a produção de 94 unidades habitacionais de interesse social. Ressaltou que a indicação de inserir essas unidades no programa de locação social possuía natureza opinativa, e não vinculante, uma vez que a Comissão não poderia ter recebido delegação para definir política habitacional, que é competência indelegável da Administração. Afirmou que considerar a locação social como parte obrigatória da deliberação geraria contradição jurídica, pois significaria vinculação eterna da destinação das unidades, impedindo futuras gestões de deliberar sobre o tema e, ainda, inviabilizaria a execução da decisão original, levando os recursos a retornarem ao cofre da AIU Setor Central sem destinação, o que contrariaria o objetivo legal de garantir efetividade às deliberações. Destacou que a Prefeitura vem adotando instrumentos atuais de gestão habitacional, como as PPPs, justamente para superar o histórico de inexecução de intervenções nas operações urbanas e AIUs, inclusive no caso da HIS Sete de Abril. Por fim, reconheceu a importância do papel do Conselho em subsidiar a Administração com informações relevantes para decisões de política habitacional, concordou com a falha apontada pelo conselheiro Guido e reafirmou que, embora a decisão final seja discricionária da Administração, as contribuições apresentadas serão consideradas no processo decisório.

Eduardo Della Manna (CMPU Comércio) registrou que o histórico já havia sido apresentado pela Sra. Maria José, em 2016. Ressaltou que o tema, dada sua importância, deveria ter sido debatido mais amplamente no âmbito do Conselho de Gestão à época, em vez de ser apresentado ao Conselho apenas de forma já consolidada pela atual gestão.

A Sra. Secretária **Elisabete França** (SMUL) sugeriu que, para encaminhamento adequado, os representantes do Poder Público responsáveis apresentassem um histórico detalhado dos motivos que fundamentaram a adoção da Parceria Público Privada como solução mais célere. Solicitou também que os representantes da COHAB

apresentassem a relação dos empreendimentos destinados à locação social, de modo a oferecer ao Conselho visão completa das informações necessárias para a continuidade do debate sobre a HIS 7 de Abril. Por fim, acrescentou que o edifício permaneceu ocupado por longo período e, posteriormente, desocupado, o que resultou em um processo complexo e lento.

César Massaro (CPM SÉ) destacou a importância de resgatar o histórico da Comissão de Gestão da Operação Urbana e, posteriormente, do Setor Central, ressaltando que as decisões tomadas ao longo desse processo não são meramente administrativas ou isoladas, mas possuem respaldo legal, representativo e deliberativo. Ressaltou que não se tratam de decisões autônomas da Administração, uma vez que há leis, deliberações e representações que orientam esses encaminhamentos. Observou que, no período mencionado, havia deliberações relacionadas à Habitação de Interesse Social, à locação social e à vinculação de recursos, cujas definições foram consolidadas na Operação Urbana e transpostas para a atual estrutura, sendo acompanhadas por este Conselho. Destacou, ainda, a necessidade de reconhecer dois momentos distintos: a continuidade das deliberações deste órgão e a eventual impossibilidade de implantação dessas diretrizes, por motivos que precisam ser novamente discutidos e deliberados.

Elisabete França (SMUL) concluiu que o encaminhamento seria trazido na próxima reunião, com o objetivo de ampliar o debate sobre o tema. Esclareceu que a elaboração da Linha do Tempo dos encaminhamentos não teria como propósito reduzir as discussões, mas, ao contrário, qualificá-las. Assim, informou que a SMUL e a São Paulo Urbanismo se comprometem apresentar o histórico das decisões desde o período da Operação Urbana até a AIUSCE, e que, na sequência, a COHAB apresentará uma linha do tempo referente às questões relacionadas à locação social.

Havendo concordância dos Representantes quanto ao encaminhamento, **Ana Carolina Jacob** (SP Urbanismo) prosseguiu para o **próximo item da Ordem do Dia** e apresentou o item **Rota dos Museus**, projeto da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL). Ao concluir a apresentação, abriu espaço para as manifestações, perguntas e discussões.

Eduardo Della Manna (SP Urbanismo) afirmou que, embora o projeto estivesse em desenvolvimento e fosse reconhecidamente relevante, era igualmente importante considerar seus custos e identificar quais recursos seriam utilizados para viabilizar as intervenções propostas. Registrou tratar-se de uma questão fundamental, destacando que, em algum momento, seria provável que o Grupo de Gestão recebesse uma solicitação de aporte financeiro. Por essa razão, reforçou ser essencial que o grupo tivesse clareza sobre o custo total e o prazo de execução, e não apenas sobre a qualidade do projeto apresentado.

Lia Mayumi (SMC) questionou se a equipe de projeto contava com a participação de um técnico da Secretaria Municipal de Cultura. **Ana Carolina Jacob** (SP Urbanismo) informou que já havia ocorrido uma reunião com a Diretoria do DPH, representada por Marília Barbour. A Sra. Elisabete França acrescentou que estão previstas novas reuniões com a Secretaria Municipal de Cultura e com a Secretaria de Cultura do Estado. Na sequência, **Lia Mayumi** (SMC) observou que seria

importante realizar uma reunião com a equipe técnica, uma vez que identificou problemas no conteúdo apresentado. Exemplificou que aspectos como arborização, equipamentos e estruturas de acessibilidade, mobiliário urbano, sinalização, deslocamento de esculturas e implantação de ciclovias ou ciclofaixas exigem projetos compatíveis com às áreas envoltórias de bens tombados. Concluiu que o diálogo técnico deveria ser iniciado desde já, a fim de evitar que problemas de projeto persistam até a fase do Projeto Executivo.

Elisabete França (SMUL) esclareceu que o trabalho relativo aos “Caminhos Verdes” integra as ações previstas no Plano do Setor Central e, por esse motivo, compete ao Poder Público iniciar sua organização. Informou que o processo já foi iniciado com a participação de diversos setores, incluindo a equipe de áreas verdes e o DPH, e que outras formas de colaboração poderão ocorrer conforme o avanço dos trabalhos. Destacou que o desenvolvimento das propostas não foi realizado de forma isolada, uma vez que a Prefeitura de São Paulo dispõe do Manual de Desenho Urbano e Obras Viárias, documento público disponível no aplicativo oficial, além de normativas referentes à implantação de ciclovias e diretrizes da CET para mobilidade ativa, entre outros referenciais técnicos utilizados. Ressaltou que novas sugestões poderão ser incorporadas, tanto deste Conselho quanto de outros órgãos públicos. Enfatizou, porém, que, sem iniciar o trabalho, não haveria avanços; por isso, há uma equipe já dedicada ao desenvolvimento das propostas, atuando com atenção e abertura para contribuições. Por fim, registrou que todas as colaborações são bem-vindas, não apenas do setor público, mas também de associações de moradores, empreendedores, universidades e demais setores representados neste Conselho.

Guido D’Elia Otero (FAU USP) agradeceu a apresentação e ressaltou a importância de considerar a conexão prevista na Alameda Cleveland, sobre a linha do trem, na proposta da AIU. Observou que essa ligação é fundamental para a articulação dos equipamentos culturais da região, especialmente no eixo entre o Bom Retiro e os Campos Elíseos, onde atualmente existem poucas travessias, citando as da Rua Nothmann e da Rua Mauá. Destacou que o plano apresentado deveria incorporar a travessia da Alameda Cleveland como área prioritária, entendendo-a como ponto estratégico para ampliar a permeabilidade da linha férrea e fortalecer a integração entre os dois bairros.

Ana Carolina Jacob (SP Urbanismo) agradeceu a contribuição e reforçou que a superação do obstáculo imposto pela linha férrea, promovendo a conexão entre os dois bairros, é de fato um dos principais objetivos do projeto. Sobre os custos, esclareceu que a intenção era iniciar a implantação dos Caminhos Verdes e que a Secretaria já estava realizando o levantamento financeiro necessário. Informou que a proposta partiria de uma intervenção considerada prioritária pela Lei da AIU, por se tratar de ação com investimento relativamente baixo em comparação às demais previstas, mas com grande potencial de transformação urbana. Acrescentou que esses fatores motivaram o início dos estudos e afirmou que, assim que o levantamento de custos estivesse concluído, ele seria apresentado ao Conselho.

Elisabete França (SMUL) informou que o projeto também estava em busca de parcerias para ampliar sua implementação. Explicou que, na região dos Campos Elíseos, especialmente na área ocupada pelo grupo Porto Seguro, existem diversos edifícios

cujos responsáveis já manifestaram interesse em colaborar com as intervenções previstas para as ruas do entorno, havendo inclusive possibilidade de formalização de termos de cooperação. Acrescentou que outros atores, como o grupo responsável pela Casa do Povo, embora com atuação mais restrita, também demonstraram disposição em participar. Destacou que a proposta possui potencial para funcionar como elemento agregador, permitindo a inclusão de outros recursos, como empresas e investidores — incluindo novos empreendimentos imobiliários — que já sinalizaram interesse em contribuir. Ressaltou que o programa deve ser apresentado como um instrumento capaz de integrar diferentes iniciativas, permitindo o recebimento de contribuições que não se limitem aos recursos da Operação Urbana. Exemplificou que, caso se concretize uma parceria com o grupo Porto Seguro, nos moldes de outras já realizadas pela Prefeitura para intervenções em vias públicas, a própria empresa poderá financiar melhorias em sua área de influência. Concluiu afirmando que tais possibilidades surgem porque há uma proposta consistente sendo apresentada.

Prosseguindo com a **Ordem do Dia**, **Ana Carolina Jacob** (SP Urbanismo) realizou o informe referente ao item **Aprovação do FUNDURB dos Recursos para PLOA de 2026**.

Eduardo Della Manna (SP Urbanismo) considerou a iniciativa muito positiva, mas observou que teria sido importante que o Grupo de Gestão tivesse tomado conhecimento da solicitação antes do seu envio, especialmente no caso relacionado à HIS 7 de Abril. Ressaltou a importância de que o Grupo tenha, ao menos, ciência prévia e oportunidade de debater minimamente temas relevância, reforçando que tais assuntos são de interesse direto dos representantes.

Ana Carolina Jacob (SP Urbanismo) esclareceu que a dinâmica financeira da AIUSCE apresentada era inédita e que o grupo ainda está aprendendo como o processo se desenvolve na prática no âmbito da Prefeitura. Destacou que a vinculação dos recursos ao FUNDURB exige apresentação formal para evitar a paralisação dos recursos no exercício seguinte. Ressaltou, contudo, que todas as intervenções continuariam a ser discutidas no Conselho e que, caso fosse necessário realocar recursos entre iniciativas para outra, isso poderia ser feito com livremente, desde que alinhado com as deliberações do Grupo, considerando que os valores já estavam previstos.

Guido D’Elia Otero (FAU USP) solicitou que, na próxima reunião, fosse apresentada uma explicação completa sobre o processo de gestão e movimentação dos recursos, de forma a permitir que o Conselho se organize e se prepare para o próximo ano. Pediu esclarecimentos sobre os prazos e momentos adequados para solicitação de recursos, observando que nem todos os valores estão vinculados à AIUSCE e que parte é destinada à Secretaria do Verde. Manifestou dúvidas sobre a possibilidade de transferir recursos ao longo do ano, por exemplo, da Habitação para os Caminhos Verdes, considerando o valor de cinco milhões de reais já previsto. Solicitou, portanto, que a apresentação incluísse os limites e critérios para futuras decisões, tanto para o próximo exercício quanto para os subseqüentes.

Vladir Bartalini (SMUL) informou que o material apresentado pela Ana Carolina Jacob consistiu na identificação dos grandes eixos de atuação da AIUSCE, abrangendo temas como sistema de áreas

verdes, patrimônio histórico, habitação e entre outros. Explicou que a equipe listou todos esses temas e atribuiu a cada um deles um valor simbólico, ressaltando que essa aprovação não implica em qualquer ordem de prioridade. Destacou, que o objetivo era apenas permitir que o grupo pudesse atuar em qualquer um desses eixos, deixando a definição das prioridades para discussões posteriores. Reforçou que a medida tinha caráter administrativo, não estabelecendo decisões prévias ou hierarquias entre os temas.

Prosseguindo para o penúltimo item da pauta, **Ana Carolina Jacob** (SP Urbanismo) passou a palavra para **Vladir Bartalini** (SMUL) que apresentou informe sobre **Visita Técnica ao Santa Rita**.

Eduardo Della Manna (SP Urbanismo) registrou que também esteve presente à visita técnica e concordou com as observações feitas por Vladir. Destacou que a equipe da SPTrans demonstrou percepção clara de que o terreno é bastante disperso e reconheceu a relevância do local para o desenvolvimento do projeto estratégico. Ressaltou que o próximo passo consiste em incorporar, sempre que possível, as pré-existências, avaliando o que é relevante e o que não deve ser mantido. Observou a necessidade de critérios para seleção dos elementos importantes, citando como exemplo os diversos ônibus antigos presentes no local e questionou se todos seriam necessários. Acrescentou ainda a existência de problemas relacionados a vans irregulares ocupando áreas do terreno, o que impacta a organização e o uso do espaço.

Por fim, Ana Carolina Jacob (SP Urbanismo) apresentou o **último item da pauta**, referente ao **calendário de reuniões do Conselho Gestor da AIUSCE** para o ano de 2026. Informou que o calendário havia sido encaminhado previamente junto com a convocação e que as reuniões trimestrais estavam previstas para os dias 11 de fevereiro, 13 de maio, 12 de agosto e 11 de novembro. Não havendo objeções, o calendário para o ano de 2026 foi aprovado por unanimidade.

Não havendo nada mais a tratar, a pedido do Coordenador **Vladir Bartalini** (SMUL), Ana Carolina Jacob (SP Urbanismo), agradeceu a participação e presença de todos e, encerrou os trabalhos às **16h00**.

REPRESENTANTES CONSELHO GESTOR AIUSCE PRESENTES

PODER PÚBLICO

1. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento | SMUL | COORDENAÇÃO

Titular: Elisabete França

Suplente: Vladir Bartalini

2. São Paulo Urbanismo | SP URBANISMO

Titular: Rita Cassia G S Gonçalves

Suplente: Priscila Souza Bezerra Gyenge

3. Secretaria Municipal de Habitação | SEHAB

Titular: Carlos Augusto Manoel Viana

4. Secretaria de Governo Municipal| SGM

Titular: Izaias José de Santana

5. Secretaria Municipal de Infraestrutura

Urbana e Obras | SIURB

Suplente: Marcia Tieko Omoto Yamaguchi

6. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania | SMADS/ SMDHC

Suplente SMDHC: Stella Verzolla Tangerino

7. Secretaria Municipal da Fazenda | SF

Titular: Fernando Fernandes Bernardino

8. Secretaria Municipal da Cultura | SMC

Titular: Lia Mayumi

Suplente: Valdir Arruda

9. Subprefeitura da Sé | SUBSE

Titular: Luiz Eduardo Pesce Arruda

Suplente: Jéssica Ruy

10. Subprefeitura da Mooca | SUBMOOCA

Suplente: Fátima Teresa Samartino Santini

SOCIEDADE CIVIL

1. Conselho Municipal de Política Urbana - Comércio | CMPU COM

Titular: Beatriz Messeder Sanches Jalbut

Suplente: Eduardo Della Manna

2. Conselho Municipal de Trânsito e Transporte | CMTT CE

Titular: Rafaela Moreira de Freitas

3. Conselho Participativo Municipal Subprefeitura da Sé | CPM SÉ

Titular: César Augusto Massaro

4. Conselho Participativo Municipal Subprefeitura da Mooca | CPM MO

Suplente: Suely Ramos Bezerra Soares de Menezes

5. Entidade Profissional, Acadêmica ou de Pesquisa Ligada a Questões Urbanas e Ambientais: Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento de São Paulo/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo | IABSP/FAUUSP

Suplente FAU USP: Guido D Elia Otero

AUSENTES: Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito (SMT); Conselho Municipal de Política Urbana - Indústria (CMPU IND); Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP); Conselho Municipal de Habitação - Entidades Comunitárias (CMH EC); Conselho Municipal de Habitação - Organização Popular (CMH OP); Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS); Cooperativa Paulista de Teatro (CPT).

Intérpretes de Libras atuantes: Lucilene Pereira e Débora Andrade (SMPED)

NOTA: Apresentação e gravação da reunião disponíveis no [site da SP Urbanismo](#)

GGP/LMO

São Paulo Obras

UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROJETO

Despacho de Homologação | Documento: [150443538](#)

PROCESSO 7910.2024/0001163-3

SDP Nº 001/2025 - BRT ARICANDUVA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA PARA ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E SUPERVISÃO DA OBRA DO CORREDOR BRT ARICANDUVA, “ENGENHEIRO FIDIC”, PARCIALMENTE FINANCIADO PELO BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD.

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

I - Em face das informações constantes dos autos do processo SEI Nº **7910.2024/0001163-3**, nos termos do Art. 71, Inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021, **HOMOLOGO** o resultado do procedimento licitatório, **SDP Nº 001/2025 - BRT ARICANDUVA**, que tem por objeto a Contratação de Serviços Técnicos Especializados em Engenharia para **Acompanhamento Técnico e Supervisão da Obra do Corredor BRT Aricanduva, “Engenheiro Fidic”**, Parcialmente Financiado Pelo Banco Internacional De Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, conforme segue:

Licitante Vencedor: **CONSÓRCIO LBR - PLANAL - TRIANGULAIRE** (LBR Engenharia e Consultoria Ltda, PLANAL Engenharia Ltda e TRIANGULARE Engenharia Ltda.)

Valor Global: R\$ **8.052.669,79** (oito milhões cinquenta e dois mil seiscentos e sessenta e nove reais e setenta e nove centavos) - **Data Base:** março/2025

Prazo do contrato: 24 (vinte e quatro) meses

II - Publique-se.

III - Após, encaminhe à GLC para providências subsequentes.

MARCO ALESSIO ANTUNES

PRESIDENTE DA SPOBRAS

Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo

ASSESSORIA JURÍDICA EXECUTIVA

Despacho | Documento: [150437556](#)

I- À vista dos elementos constantes do processo eletrônico nº [8610.2025/0002562-0](#) , em especial da justificativa apresentada pela área técnica responsável ([146956312](#)) e do parecer da assessoria jurídica ([150422962](#)), com fundamento no artigo 28, §3º, II, e no artigo 30, caput, da Lei Federal nº

13.303/2016, observadas as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, CONVALIDO E RATIFICO a contratação por inaplicabilidade de licitação com SIAESP - SINDICATO DA INDUSTRIA AUDIOVISUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, inscrita no CNPJ sob o nº 45.796.364/0001-68, para formalizar o apoio da Spcine, sob a forma de patrocínio, para parceria com o Cinema do Brasil no Ventana SUR 2025, pelo valor total de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais).

II- Publique-se. Após, encaminhe-se à área responsável para as demais providências cabíveis.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2026.

Emiliano Zapata / Anna Paula Montini

Diretor Executivo / Diretora Presidente

Despacho | Documento: [150562837](#)

I- À vista dos elementos constantes do processo eletrônico nº [8610.2025/0002553-0](#), em especial da justificativa apresentada pela área técnica responsável ([146848249](#)) e do parecer da assessoria jurídica ([150559277](#)), com fundamento no artigo 30, I, da Lei Federal nº 13.303/2016, observadas as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, CONVALIDO E RATIFICO a aquisição de 6 (seis) credenciais para participação da Spcine no evento Ventana Sur, coorganizado por INCAA (Instituto Nacional de Cinema e Artes Audiovisuais da Argentina) e Marché du Film de Cannes, pelo valor de EUR 480,00 (quatrocentos e oitenta euros) equivalente a R\$ 2.980,00 (dois mil novecentos e oitenta reais) cotação dia 28/11/2025.

II- Publique-se. Após, encaminhe-se à área responsável para as demais providências cabíveis.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026.

Emiliano Zapata / Anna Paula Montini

Diretor Executivo / Diretora Presidente

Servidores

Secretaria Municipal de Gestão

DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAL

Licença | Documento: [150679031](#)

São Paulo, 05 de fevereiro de 2026.

LICENÇA MÉDICA DE CURTA DURAÇÃO

Concedido, nos termos da Lei nº 8.989,de 1979, na forma prevista no artigo 40º, Inciso I do Decreto 64.014 de 2025.

RF NOME DURAÇÃO A PARTIR DE

701.881.9 CASSIA REGINA BARNEZE 01 05/02/2026

NP - COORDENADORIA DE GESTÃO DE SAÚDE DO SERVIDOR - COGESS

Edital de Retificações de Licenças Médicas | Documento: [150670279](#)

COORDENAÇÃO DE EPIDEMIOLOGIA E INFORMAÇÃO

RELAÇÃO DE LICENÇAS MÉDICAS RETIFICADAS EM FUNÇÃO DE:

DELIBERAÇÃO DA COGESS FACE REAVALIAÇÃO MÉDICO PERICIAL/ DOCUMENTAL

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE

RF Nome Dias A partir de Artigo

7090293/3 ADILSON QUIRINO 003 13/11/2025 143

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

RF Nome Dias A partir de Artigo

7426682/1 JULIANA PERES VERDAME 001 25/08/2023 143

7426682/2 JULIANA PERES VERDAME 001 25/08/2023 143

DISPOSTO NO ART. 49 DA LEI 8989/79

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE

RF Nome Dias A partir de Artigo

8000662/1 BRUNO DE OLIVEIRA SILVA 026 17/08/2025 143

ENGLOBAMENTO DE LICENÇAS MÉDICAS - ART. 57 DECRETO 64.014/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE

RF Nome Dias A partir de Artigo

7033079/3 DEBORA CRISTINA JACOMO DATTI 017 13/01/2026 143

7204906/1 EDILEUSA LUCAS VIANA 057 02/12/2025 143

8294674/2 ANDRE DAMASIO FERNANDES 014 15/01/2026 143

8551308/2 YURI KAIE ZAMPAH 014 15/01/2026 143

9285482/1 ANTONIO NUNES DE SOUZA VIEIRA LIMA JUNIOR 086 03/11/2025 143

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

RF Nome Dias A partir de Artigo

7167121/2 IVANETE MENDES DE SOUZA 058 03/12/2025 143

7167121/3 IVANETE MENDES DE SOUZA 058 03/12/2025 143

7249446/1 DEBORA APARECIDA RODRIGUES BUENO DE ALMEIDA 088 03/11/2025 143

7333650/1 IVONE GONZAGA DE SOUZA SILVA 015 15/01/2026 143

7831412/1 MARIA GORETTI ALVES MASCARENHAS 011 22/01/2026 143

9431292/2 CESAR RICARDO MARISCAL 018